

Belo Horizonte, 1º de novembro de 2005.

1. MEDICINA

> Estado de Minas, 01/11/2005 - Belo Horizonte MG

Ação pública cobra registro de diploma

Ministério Público Federal quer que conselho regional reconheça estudantes formados em faculdades não credenciadas pelo MEC

Isadora Camargos

O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública com pedido de antecipação de tutela contra o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais (CRMMG), para que os alunos que se formarem nos cursos de medicina aprovados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) recebam o registro, quando terminarem o curso, assim como acontece com os estudantes das faculdades aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC). Este ano, o CRMMG adotou a política de não conceder o registro aos alunos dessas faculdades, para que todas passem pela avaliação do MEC.

A única faculdade de medicina autorizada pelo CEE que tem alunos formados é a União Educacional do Vale do Aço (Univaço), em Ipatinga, a 209 quilômetros de Belo Horizonte. Os alunos receberam registro por força de liminar. O pedido do Ministério Público Federal se estende a todos os estudantes da Univaço, Fundação Educacional de Caratinga, Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (Unicor), câmpus Juiz de Fora e Araguari da Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac), e câmpus Belo Horizonte Universidade de Alfenas. Desde julho, a Emenda Constitucional 70 proíbe o CEE de autorizar novos cursos na área de saúde.

Independentemente da legalidade das escolas que funcionam com a autorização do CEE – o que exclui a necessidade de aprovação do MEC, tema que está em tramitação no Supremo Tribunal Federal, o procurador da República autor da ação, Adailton Ramos Nascimento, defende os alunos que estão matriculados em instituições regulares, de acordo com a lei estadual. “A verdade é que a proliferação de cursos e instituições de ensino superior, inclusive de medicina, tem se realizado sob um substrato jurídico que lhes fornecem forte presunção (relativa, reconheça-se) de legalidade e regularidade. (...) Apesar disso, o Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais recusa-se a registrar os diplomas de médicos emanados dessas instituições, impedindo que os graduados delas provenientes exerçam a profissão para a qual dedicaram muito esforço e tempo e investiram dinheiro”, afirma o procurador na ação.

MULTA O procurador sugere que o CRMMG conceda os registros no prazo de 30 dias, a partir do protocolo do requerimento, aos alunos que apresentarem os diplomas de graduação em

medicina emitidos por instituições de natureza privada autorizadas pelo CEE. Para o caso de descumprimento da decisão judicial, se ela estiver de acordo com a proposta do MP, a entidade deverá pagar multa de R\$ 5 mil por dia e para cada recusa de registro.

O presidente da Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade (Funccec), mantenedora da Univaço, Francisco Américo Martins de Barros, afirma que a escola não apresenta qualquer irregularidade, e que não justifica a atitude do CRMMG, de se negar a registrar os alunos. “O CRM resolver se meter num assunto que não é dele, de forma absurda”, acusa. A Univaço, de acordo com Barros, submeteu o curso de medicina a avaliação para ser transferido para o MEC. A escola tem cerca de 400 alunos que pagam, em média, R\$ 2 mil de mensalidade.

O presidente da Associação Médica de Minas Gerais, José Carlos Callares Filho, diz que a entidade também está preocupada com esses estudantes. Por isso, condena os cursos que não têm aprovação do MEC. “Continuamos tentando impedir que essas escolas se mantenham abertas. O Ministério Público está legalizando uma situação irregular, ao contrário do que fez este ano, em Juiz de Fora, sugerindo a proibição do curso de medicina da Unipac”, diz o médico. A situação do curso da Unipac de Juiz de Fora está sendo julgada no TRF. O CRMMG informou que só se manifestará sobre a ação quando oficialmente notificado.

PROIBIÇÃO O Ministério Público Federal em Juiz de Fora entrou com pedido de liminar contra a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura (Asoec) e a Universidade Salgado de Oliveira (Univero), argumentando que o câmpus funciona sem autorização do MEC. O MP quer que a Justiça impeça a universidade de promover novo processo seletivo ou de aceitar matrículas de outros alunos, nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Caso a liminar seja concedida, a proibição vai vigorar até que a instituição obtenha a autorização de funcionamento. A Univero não comentou a decisão. “O Ministério Público está legalizando uma situação irregular” - José Carlos Callares Filho, presidente da Associação Médica

Ver SIC 62/05.

Todos podem escrever

Esses cursos de redação não fazem milagres, apenas despertam o escritor adormecido que existe em cada um de nós

E escrever está na ordem do dia. Escrever, hoje, tornou-se fundamental. As empresas exigem de seus funcionários domínio da língua escrita. O tema adquiriu uma importância que até então não tinha, a ponto de merecer reportagens em revistas e jornais de grande circulação.

De olho nesse mercado, inúmeras pessoas começaram a dedicar-se a ensinar os outros a escrever. Proliferaram-se cursos voltados a tornar as pessoas escritoras, como se em algumas semanas gente que nunca escreveu, que nunca teve contato mais intenso com a leitura, pudesse de repente ser unvida com um milagre, em troca, na maioria das vezes, de um investimento altíssimo (por volta R\$ 500 por cabeça).

O que ocorre é que as pessoas estão sendo ludibriadas em sua essência: estão oferecendo-lhes o que, essencialmente, pertence a elas: a sua competência escritora.

O que esses cursos acabam fazendo é provocar uma chama, pois servem apenas como fósforo. E fósforo a peso de ouro. As pessoas saem maravilhadas, achando que o curso as fez escrever, quando o trabalho realizado concentrou-se habilmente em despertar o escritor adormecido que existe em cada um de nós.

A farsa perderia sua razão de ser se, em nossas escolas, os professores desenvolvessem nos alunos a competência escritora, se não estivessem tão preocupados com questões de ordem gramatical. E se principalmente os professores tivessem um contato maior com a escrita e com a leitura. No contexto escolar, duas situações costumam ocorrer: a primeira é o professor pedir que os alunos escrevam; a segunda é fazer o mesmo pedido, mas o professor ter o hábito de escrever.

Num curso recente de capacitação para professores de produção textual, de 20 capacitandos, apenas três estavam lendo algum livro. E a maioria não escrevia. Mas tinham de ensinar a escrever. Paradoxal? Além de deprimente. Estavam por isso em busca de receitas que fizessem

o milagre. Não existe milagre se este não começar por você. É o mesmo que pedir que ponham em prática um novo livro de metodologia, se no cotidiano é aquele velho livro que dita as normas e por ele se executam as tarefas. É querer tapar o sol com peneira furada e achar ainda que está na sombra.

Desenvolver a competência escritora é despertar nos alunos a capacidade que têm de escrever, pois são capazes de fazê-lo. É mostrar-lhes que a escrita é uma jornada que principia dentro de cada um, e não algo externo ao sujeito.

Assim, o aluno estará realizando uma mudança em sua maneira de enfrentar um texto escrito. Com ela, o aluno vai adquirir segurança, pois o medo, que alimenta a insegurança, se transformará na convicção da facilidade de expressar-se de forma competente, pelo simples fato de que é capaz disso.

A consequência é o aluno libertar-se de crenças destrutivas sobre o ato de escrever, que apenas serviram para bloquear sua criatividade, sua linguagem, sua auto-expressão, enfim, a essência do que ele realmente é.

Por fim, desenvolver a competência escritora é enxergar o ato de escrever de uma outra forma, pois o primeiro compromisso é, decisivamente, com o sujeito-escritor. Antes de técnicas, maquetes, truques, o escrever implica um

desnudamento do ser humano em face de sua condição de sujeito incompleto, inacabado, mas repleto de "textos" a serem descobertos.

Que o aluno encontre seu "texto" e o escreva de modo que nele fiquem pistas de sua história. Que o próximo a ler o reencontre a cada passagem, numa intertextualidade de vida. ■

Sérgio Simka é professor nas Faculdades Integradas de Ribeirão Pires e na Universidade do Grande ABC. Seu site: www.sergiosimka.com



É preciso libertar-se das crenças destrutivas sobre o ato de escrever

3. NOVA ORTOGRAFIA

Eis aqui um programa de cinco anos para resolver o problema da falta de autoconfiança do brasileiro na sua capacidade gramatical e ortográfica. Em vez de melhorar o ensino, vamos facilitar as coisas, afinal, o português é difícil demais mesmo. Para não assustar os poucos que sabem escrever, nem deixar mais confusos os que ainda tentam acertar, faremos tudo de forma gradual.

No primeiro ano, o "Ç" vai substituir o "S" e o "C" sibilantes, e o "Z" o "S" suave. Peças que acessem a internet com frequência vão adorar, principalmente os adolescentes. O "C" duro e o "QU" em que o "U" não é pronunciado serão trocados pelo "K", já que o çom é equivalente. Iço deve acabar com a confusão, e os teclados de computador terão uma tecla a menos, olha çó que coisa prática e econômica.

Haverá um aumento do entusiasmo por parte do público no segundo ano, quando o problemático "H" mudo e todos os acentos, inclusive o til, serão eliminados. O "CH" será simplificado para "X" e o "LH" para "LI" que da no mesmo e é mais fácil. Iço fará com que palavras como "onra" fiquem 20% mais curtas e acabará com o problema de çaber como çe escreve xuxu, xa e xatiçe. Da mesma forma, o "G" ço será usado quando o çom for como em "gordo", e çem o "U" porque naum será preciso, já que quando o çom for igual ao de "G" em "tigela", usa-çe o "J" para facilitar ainda mais a vida da gente.

No terceiro ano, a aceitação pública da nova ortografia deverá atingir o estágio em que mudanças mais complicadas serão possíveis. O governo vai encorajar a remoção de letras dobradas que além de desnecessárias sempre foram um problema terrível para as peças, que acabam ficando com o terror de soletrar. Além disso, todos concordarão que os çiniais de pontuação como vírgulas, dois pontos, aspas e travessão também são difíceis de usar e precisam cair e ir falando çerio já vaum tarde.

No quarto ano todas as peças já serão receptivas a coisas como a eliminação do plural nos adjetivo e nos substantivo e a unificação do U nas palavras toda que termina com L como fuziu, xakau ou kriminau já que afinou a gente fala tudo igual e açim fica mais fácil. Os carioca talvez naum gostem de acabar com os plurais porque eles gostam de escrever xxx nos finais das palavras mas vaum acabar entendendo. Os paulista vaum adorar. Os goiano vaum querer aproveitar para acabar com o D nos gerúndio mas aí também já é esculambação.

No quinto ano acaba a ipocrisia de çe colocar R no final das palavras no infinitivo já que ninguém fala mesmo e também U ou I no meio das palavras que ninguém pronuncia como por exemplo roba, toca e enjenhero e de usar O ou E em palavras que todo mundo pronuncia como U ou I, aí aí vez de çí iscreve pur exemplo quem quer falar com ele vá iscreve quem quer falar com ele ki e muito milio çerto ? os çinau di interrogação i di isclamação continuam para a gente çabe quando algem tá fazendo uma pergunta ou tá isclamando ou gritando com a gente e o ponto para a gente sabe quando a frase acabou.

Naum vai ter mais problema ninguém vai ter mais eça barreira para çua acessem çoçiau e çegurança çikolajica todo mundo vai iscreve sempre çerto i çí intende muito melio i di forma mais fácil e finalmente todo mundo no Brazil vai çabe iscreve direito até os jornalista us publicitário us blogeru us advogado us iskrito i até os pulitico i u presidente olia çó que maravilha.

Se você tem alguma dúvida, entre em contato.

Saudações,

Prof^a. Abigail França Ribeiro
Diretora Geral
abigail@consae.com.br